

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
CURSO DE BACHAREL EM GEOGRAFIA

PABLO FERRAIOLO CAFFO

COOPERATIVISMO, REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL:
A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA CANTEIRO AGRÁRIO EM ANDRADINA/SP

TRÊS LAGOAS/MS

2026

PABLO FERRAIOLO CAFEIO

**COOPERATIVISMO, REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL:
A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA CANTEIRO AGRÁRIO EM ANDRADINA/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharel em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Araújo Santos.

TRÊS LAGOAS/MS

2026

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, José Marcelino Cafeo e Luzia Ferraiolo Cafeo, que me ensinaram, pela vida no campo, que a terra, quando cuidada com trabalho, amor e responsabilidade, pode gerar alimento, dignidade e esperança. Ao meu pai, liderança comunitária e primeiro presidente da Cooperativa Canteiro Agrário, e à minha mãe, presença fundamental na história de nossa família, dedico esta pesquisa como forma de reconhecimento e gratidão.

Dedico também aos jovens dos assentamentos rurais, para que acreditem na agricultura familiar, na agroecologia, no cooperativismo e na possibilidade de permanecer no campo com qualidade de vida, renda, pertencimento e futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, pela força e pela oportunidade de concluir esta etapa de formação acadêmica.

Aos meus familiares em especial meus pais, José Marcelino Cafeo e Luzia Ferraiolo Cafeo, pelo exemplo diário de trabalho, resistência e compromisso com a agricultura familiar. A convivência no lote, a produção de alimentos, o cuidado com a terra e a participação na Cooperativa Canteiro Agrário foram referências decisivas para a escolha deste tema.

Ao Prof. Dr. Thiago Araújo Santos, pela orientação, pelas indicações teóricas e pelo incentivo para compreender a cooperativa e os assentamentos rurais de Andradina a partir da Geografia Agrária e da questão agrária brasileira.

Aos cooperados e cooperadas da Canteiro Agrário, especialmente aos sócios fundadores, que transformaram a organização coletiva em instrumento de trabalho, renda, solidariedade e desenvolvimento territorial.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ao Curso de Geografia e a todos os professores que contribuíram com minha formação acadêmica e humana.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa a Cooperativa de Produtores e Negócios da Agricultura Familiar Canteiro Agrário, localizada no município de Andradina/SP, como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, da reforma agrária e do desenvolvimento territorial. A pesquisa parte da questão agrária brasileira e do desenvolvimento do capitalismo no campo, considerando o avanço do agronegócio, da monocultura e da concentração fundiária, bem como as formas de resistência e reprodução social do campesinato nos assentamentos rurais. O objetivo geral é analisar a importância da cooperativa para a organização produtiva, a comercialização, a geração de renda, a permanência das famílias no campo e o acesso a políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, com estudo de caso, revisão bibliográfica e análise documental de estatuto, ata de fundação, CNPJ, CAF, editais, termos de homologação e planos de execução. Os resultados indicam que a Canteiro Agrário organiza a produção de frutas, verduras, legumes, hortaliças e outros alimentos, reduz a dependência de atravessadores, estimula a diversificação produtiva e fortalece a renda dos agricultores familiares. Nos anos de 2024 e 2025, a cooperativa foi homologada no PNAE de Andradina para 38 itens por ano, alcançando R\$ 2.136.705,26 em produtos homologados/adjudicados. No PAA/Conab, foram identificados projetos de R\$ 434.986,10 e R\$ 330.000,00, com produtos destinados a famílias em vulnerabilidade social e entidades socioassistenciais. Conclui-se que a cooperativa constitui instrumento de resistência territorial e demonstra que a reforma agrária pode ser viável quando articulada à organização coletiva, políticas públicas, mercados institucionais, governança participativa e infraestrutura produtiva.

Palavras-chave: cooperativismo; reforma agrária; agricultura familiar; desenvolvimento territorial; Canteiro Agrário; Andradina.

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes the Cooperativa de Produtores e Negócios da Agricultura Familiar Canteiro Agrário, located in Andradina, São Paulo, as a strategy for strengthening family farming, agrarian reform and territorial development. The research is based on the Brazilian agrarian question and on the development of capitalism in the countryside, considering the advance of agribusiness, monoculture and land concentration, as well as the forms of resistance and social reproduction of peasantry in rural settlements. The general objective is to analyze the importance of the cooperative for productive organization, commercialization, income generation, permanence of families in rural areas and access to public policies such as the National School Feeding Program (PNAE) and the Food Acquisition Program (PAA). Methodologically, the research is qualitative, based on a case study, bibliographic review and documentary analysis of statutes, founding minutes, tax registration, CAF, public calls, homologation terms and execution plans. The results show that Canteiro Agrário organizes the production of fruits, vegetables and other foods, reduces dependence on intermediaries, stimulates productive diversification and strengthens the income of family farmers. In 2024 and 2025, the cooperative was approved in Andradina's PNAE for 38 items per year, totaling R\$ 2,136,705.26 in approved/adjudicated products. In the PAA/Conab, projects of R\$ 434,986.10 and R\$ 330,000.00 were identified, with food destined for socially vulnerable families and social assistance institutions. The study concludes that the cooperative is an instrument of territorial resistance and demonstrates that agrarian reform can be viable when articulated with collective organization, public policies, institutional markets, participatory governance and productive infrastructure.

Keywords: cooperativism; agrarian reform; family farming; territorial development; Canteiro Agrário; Andradina.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COAPAR - Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	7
1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos.....	10
1.2 Procedimentos metodológicos	10
1.3 Estrutura do trabalho	12
2 CAPITALISMO, QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	13
2.1 O capitalismo no campo e a subordinação da agricultura	13
2.2 Reforma agrária, renda, permanência e condições materiais	14
3 ASSENTAMENTOS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM ANDRADINA/SP.	16
3.1 Os assentamentos como novas dinâmicas territoriais.....	16
3.2 Juventude, sucessão familiar e permanência no lote	19
4 COOPERATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	21
4.1 Princípios cooperativistas e organização democrática	21
4.2 Cooperativismo, mercado institucional e autonomia relativa.....	22
5 A COOPERATIVA CANTEIRO AGRÁRIO: ORIGEM, FUNDAÇÃO E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA	24
5.1 Origem, diagnóstico e mobilização dos	24
5.2 Governança participativa, transparência e controle social interno	27
6 PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	30
6.1 O PNAE como mercado institucional para a agricultura familiar.....	30
6.2 O PAA/Conab e a dimensão social da doação simultânea	32
7 IMPACTOS DA COOPERATIVA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E NA PERMANÊNCIA NO CAMPO.....	35
7.1 Impactos econômicos, produtivos e logísticos	35
7.2 Impactos sociais, territoriais e geracionais	38
8 LIMITES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA COOPERATIVA CANTEIRO AGRÁRIO	41
8.1 As dificuldades iniciais de organização coletiva	41
8.2 Logística, infraestrutura e suporte técnico.....	42
8.3 Pandemia, instabilidade e capacidade de adaptação	44
8.4 Perspectivas: novos mercados, produção protegida e fortalecimento institucional.....	45
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O campo brasileiro é marcado por profundas contradições históricas. De um lado, a concentração fundiária, o avanço do agronegócio, a especialização produtiva e a subordinação da agricultura aos circuitos de acumulação capitalista estruturam relações desiguais de acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica e aos mercados. De outro, a agricultura familiar, os assentamentos rurais e as organizações coletivas do campo demonstram a permanência de sujeitos sociais que produzem alimentos, constroem territórios, resistem à expropriação e elaboram alternativas de reprodução social.

No município de Andradina/SP, situado no noroeste paulista, essa contradição ganha expressão concreta na presença de assentamentos rurais de reforma agrária e na atuação de cooperativas vinculadas à agricultura familiar. Entre essas experiências, destaca-se a Cooperativa de Produtores e Negócios da Agricultura Familiar Canteiro Agrário, formalizada em 2020, mas originada de um processo anterior de mobilização, diagnóstico e organização de agricultores familiares dos assentamentos Timboré, Belo Monte, Arizona e Josué de Castro, também conhecido como Timborézinho.

A Canteiro Agrário constitui o objeto central deste trabalho. Sua trajetória permite discutir, a partir da Geografia Agrária, a relação entre reforma agrária, cooperativismo e desenvolvimento territorial. O estudo parte da compreensão de que a conquista da terra, embora fundamental, não é suficiente para assegurar a permanência produtiva das famílias no campo. Para que o lote se transforme em espaço de vida, trabalho, renda e reprodução familiar, é necessário acesso a políticas públicas, mercados, infraestrutura, assistência técnica, tecnologias apropriadas e formas de organização coletiva.

Nesse sentido, a cooperativa é analisada como mediação entre a produção familiar e os mercados institucionais, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses programas têm contribuído para criar demanda regular, reduzir a dependência de atravessadores, estimular o planejamento da produção e viabilizar a comercialização de frutas, verduras, legumes, hortaliças e outros produtos da agricultura familiar.

A relevância do tema também se justifica pela trajetória do autor, filho de agricultores familiares vinculados à história da cooperativa. A experiência cotidiana no lote, a participação na produção agroecológica, o envolvimento com a gestão da Canteiro Agrário e a permanência junto à família no campo permitem compreender a cooperativa não apenas como instituição jurídica, mas

como expressão de uma prática social construída por agricultores que acreditam na reforma agrária, na agricultura familiar e no cooperativismo como possibilidades de vida e trabalho.

Dessa forma, este TCC busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a Cooperativa Canteiro Agrário contribui para a organização produtiva, a comercialização, a geração de renda, a permanência das famílias no campo e o desenvolvimento territorial dos assentamentos rurais de Andradina/SP, diante das contradições do desenvolvimento capitalista no campo e do avanço do agronegócio na região?

Como hipótese, considera-se que a Cooperativa Canteiro Agrário constitui uma estratégia coletiva de fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais de Andradina/SP, pois organiza agricultores familiares, amplia canais de comercialização, reduz a dependência de atravessadores, possibilita o acesso a políticas públicas, fomenta a diversificação produtiva, capta recursos e estrutura meios coletivos de produção. A experiência demonstra que a reforma agrária pode ser economicamente viável e socialmente relevante quando articulada ao cooperativismo, à governança participativa, às políticas públicas e à infraestrutura produtiva.

1.1 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância da Cooperativa Canteiro Agrário para o fortalecimento da agricultura familiar, da reforma agrária e do desenvolvimento territorial em Andradina/SP, considerando sua atuação na organização produtiva, na comercialização, na geração de renda, na governança participativa e no acesso a políticas públicas de compras institucionais.

Como objetivos específicos, pretende-se: discutir o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e suas implicações para a agricultura familiar; contextualizar a formação dos assentamentos rurais de Andradina/SP; apresentar o processo histórico de criação da Cooperativa Canteiro Agrário; analisar o cooperativismo como estratégia de organização coletiva; examinar a importância do PNAE e do PAA; identificar impactos da cooperativa na permanência das famílias no campo; e avaliar os desafios atuais relacionados à assistência técnica, logística, infraestrutura e ampliação da produção.

1.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui abordagem qualitativa e caracteriza-se como estudo de caso. Segundo a lógica adotada, o estudo de caso permite analisar em profundidade uma experiência concreta,

articulando revisão teórica, documentos institucionais, dados administrativos e vivência territorial do pesquisador.

Foram utilizados três procedimentos principais: revisão bibliográfica, análise documental e sistematização de dados empíricos. A revisão bibliográfica concentrou-se em autores da Geografia Agrária e do debate sobre questão agrária, campesinato, reforma agrária, espaço rural e cooperativismo, com destaque para Oliveira (2007, 2010), Marques (2000, 2002), Colacino e Santos (2023), Arlindo (2021), Bezerra (2021) e Pereira (2022).

Na revisão fina do texto, as citações diretas foram utilizadas de forma seletiva, sempre acompanhadas de autor, ano e página, conforme a norma ABNT NBR 10520. As citações indiretas foram empregadas para articular ideias dos autores ao objeto de estudo, evitando excesso de transcrições e preservando a fluidez do texto acadêmico. Nos documentos administrativos, as referências foram tratadas pelo órgão ou entidade emissora, ano e, quando necessário, página do documento.

A análise documental envolveu o estatuto social da Canteiro Agrário, ata de fundação, cartão CNPJ, extrato CAF, material institucional da cooperativa, editais e termos de homologação do PNAE de Andradina de 2024 e 2025, além de planos de execução do PAA/Conab. Esses documentos permitiram identificar data de constituição, objetivos institucionais, composição social, itens homologados, valores, produtos, número de fornecedores e ações de doação simultânea.

Os dados do PNAE foram organizados a partir dos itens homologados para a Canteiro Agrário nos anos de 2024 e 2025. Foram excluídos leite e derivados, atribuídos a outras organizações, e o item mel, adjudicado a fornecedor individual. Os dados do PAA foram sistematizados a partir dos planos de execução anexados, preservando informações pessoais sensíveis de fornecedores, como CPFs.

Por fim, a pesquisa reconhece a vivência do autor como parte do campo investigado. Essa condição exige cuidado analítico para evitar que a narrativa institucional substitua a análise crítica. Por isso, o trabalho busca articular a experiência concreta da cooperativa com a literatura acadêmica, sem ocultar seus limites e desafios.

1.3 Estrutura do trabalho

O trabalho está organizado em nove capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo discute capitalismo, questão agrária e reforma agrária no Brasil. O terceiro capítulo trata dos assentamentos rurais e das dinâmicas territoriais em Andradina/SP. O quarto capítulo aborda o cooperativismo e sua relação com o campesinato. O quinto capítulo apresenta a origem, a fundação e a governança da Cooperativa Canteiro Agrário. O sexto capítulo analisa a produção, a comercialização e as políticas públicas de compras institucionais. O sétimo capítulo discute impactos da cooperativa no desenvolvimento local e na permanência no campo. O oitavo capítulo apresenta os limites, desafios e perspectivas da experiência cooperativa. O nono capítulo apresenta as considerações finais.

2 CAPITALISMO, QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

2.1 O capitalismo no campo e a subordinação da agricultura

Compreender a Cooperativa Canteiro Agrário exige situá-la no interior da questão agrária brasileira. A agricultura familiar e os assentamentos rurais não existem em um espaço neutro; eles estão inseridos em uma formação territorial marcada pela concentração fundiária, pela mercantilização da terra, pela expansão da agricultura capitalista e pela subordinação de diferentes formas de trabalho ao capital.

Oliveira (2007) afirma que o estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção envolve diferentes abordagens teóricas e políticas, pois o campo não se organiza de maneira homogênea. O avanço do capitalismo na agricultura não significa apenas a substituição automática de todas as formas camponesas por relações assalariadas. Ao contrário, o capital também cria, recria e subordina relações não capitalistas de produção, incorporando o trabalho familiar aos circuitos de mercado.

Essa compreensão se apoia na leitura de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, para quem “o estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção tem-se caracterizado pelo debate político” (Oliveira, 2007, p. 8). A citação é importante porque desloca a análise do campo de uma visão meramente técnica para uma leitura social, histórica e política, na qual a produção agrícola, a propriedade da terra, a circulação de mercadorias e a organização dos camponeses expressam disputas de classe e projetos distintos de sociedade.

Essa leitura é fundamental para o presente trabalho, pois permite compreender que os agricultores familiares assentados não são resquícios de um passado atrasado. Eles fazem parte das contradições contemporâneas do capitalismo no campo. Sua existência revela que o capital se desenvolve de forma desigual e combinada, apropriando-se da renda da terra, da circulação de mercadorias, do crédito, da comercialização e dos sistemas agroindustriais.

Em Agricultura e indústria no Brasil, Oliveira (2010) discute as relações entre agricultura e indústria no interior da formação social capitalista, ressaltando que o desenvolvimento do capitalismo deve ser entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital. A agricultura, nesse contexto, torna-se cada vez mais articulada a setores industriais, financeiros, comerciais e logísticos, o que redefine a produção no campo e aumenta a dependência dos camponeses diante do mercado.

Ao tratar da articulação entre agricultura e indústria, Oliveira sintetiza o caráter

contraditório desse processo:

Devemos afirmar, de início, que o desenvolvimento do capitalismo é nesse contexto entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, da troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias (Oliveira, 2010, p. 5).

No caso da Canteiro Agrário, essa reflexão ajuda a compreender que o problema central dos camponeses não se limita ao ato de produzir. A produção precisa circular, ser vendida, cumprir padrões, chegar ao consumidor e transformar-se em renda. Por isso, a cooperativa atua justamente no ponto em que muitos camponeses encontram maior fragilidade: a passagem entre produção e comercialização (circulação).

No caso do campesinato, essa dependência aparece, entre outras formas, na dificuldade de acesso a insumos, máquinas, transporte, assistência técnica e canais estáveis de comercialização de sua produção. O camponês isolado, mesmo possuindo terra e capacidade de trabalho, muitas vezes permanece subordinado a atravessadores ou a compradores que impõem preços e condições. A cooperativa surge, nesse contexto, como uma tentativa de alterar a posição do camponês na relação com o mercado.

Além destes elementos, a concentração fundiária é elemento central da questão agrária, sobretudo no Brasil e na região de Andradina, onde a propriedade da terra é concentrada. A terra, além de meio de produção, transforma-se em mercadoria e fonte de renda. Oliveira (2007) trata da renda da terra e da concentração fundiária como dimensões estruturais do modo capitalista de produção no campo. A reforma agrária, nesse cenário, não pode ser reduzida à distribuição de lotes; ela envolve disputa territorial, acesso a meios de produção e construção de condições de permanência.

2.2 Reforma agrária, renda, permanência e condições materiais

Marques (2000), ao analisar a passagem de trabalhadores sem-terra à condição de assentados, mostra que a luta pela terra não termina com a criação do assentamento. A fase posterior, que pode ser entendida como luta na terra, envolve a reconstrução da vida, da produção, das relações comunitárias e do território camponês. Essa perspectiva dialoga diretamente com a realidade de Andradina, onde a existência dos assentamentos abriu novas possibilidades, mas também impôs desafios de organização produtiva.

O espaço rural, portanto, não deve ser pensado como sinônimo de atraso ou isolamento. Marques (2002) propõe compreender o rural a partir da relação cidade-campo e das mudanças

sociais que atravessam esse espaço. A autora critica estratégias de desenvolvimento restritas ao agronegócio e aponta a necessidade de políticas que valorizem o campo como espaço de vida, trabalho, produção de alimentos e desenvolvimento social.

Marques reforça essa necessidade ao afirmar que o espaço rural deve ser analisado “à luz da relação cidade-campo” e que “estes dois espaços não podem ser compreendidos separadamente” (Marques, 2002, p. 96). Essa perspectiva é fundamental para o presente estudo, pois a Canteiro Agrário conecta assentamentos rurais, escolas urbanas, CRAS, entidades sociais, mercado institucional e políticas públicas, mostrando que campo e cidade participam de uma mesma totalidade territorial.

Assim, quando a cooperativa fornece alimentos para a merenda escolar ou para programas de doação simultânea, ela demonstra que os assentamentos não são espaços isolados. Eles participam da alimentação de crianças, adolescentes, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade e consumidores urbanos. Essa relação reforça a função social e territorial da agricultura familiar.

A Lei nº 11.326/2006 estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhecendo a agricultura familiar como categoria social e produtiva. Essa legislação é importante porque institucionaliza a necessidade de políticas públicas específicas para unidades familiares de produção, incluindo acesso a crédito, assistência técnica, comercialização e organização econômica (Brasil, 2006).

A reforma agrária, por sua vez, deve ser compreendida como política pública que democratiza o acesso à terra, mas que precisa ser acompanhada por instrumentos capazes de garantir viabilidade econômica e social. Sem infraestrutura, assistência técnica, crédito, equipamentos, comercialização e organização coletiva, a terra conquistada pode permanecer subutilizada ou insuficiente para assegurar renda às famílias.

No oeste paulista e na região de Andradina, essas contradições são acentuadas pelo avanço do monocultivo da cana-de-açúcar e por formas de uso do território vinculadas ao agronegócio. Os assentamentos rurais, nesse contexto, aparecem como frações territoriais de resistência, onde famílias agricultoras produzem alimentos, diversificam cultivos e disputam a permanência no campo.

3 ASSENTAMENTOS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM ANDRADINA/SP

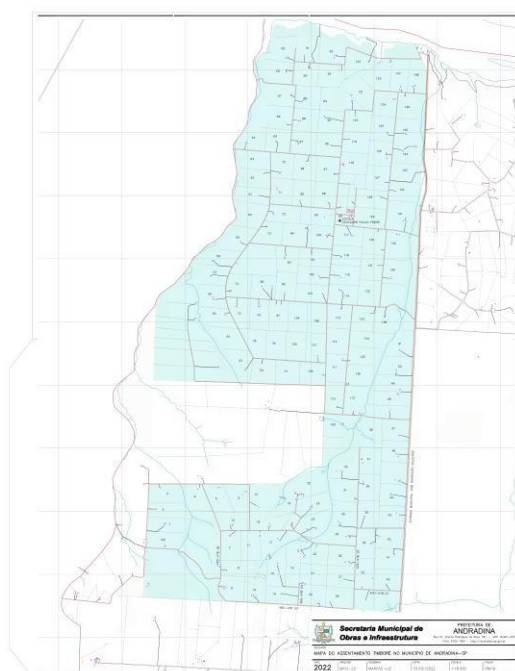
3.1 Os assentamentos como novas dinâmicas territoriais

Na região de Andradina há importantes trajetórias ligadas à luta pela terra e à constituição de assentamentos rurais. A criação de assentamentos não eliminou a concentração fundiária regional, mas produziu novas dinâmicas territoriais, baseadas na presença de famílias agricultoras, na diversificação produtiva e na construção de formas coletivas de organização.

Arlindo (2021) analisa assentamentos rurais na região de Andradina como ponto de partida para novas dinâmicas territoriais. O autor destaca que a transformação de fazendas desapropriadas em assentamentos permitiu inclusão produtiva, melhora alimentar, ocupação e possibilidade de renda, reforçando a importância e a viabilidade da democratização fundiária. Essa leitura é relevante para compreender o Canteiro Agrário como uma das expressões organizativas surgidas a partir desse território reformado.

A importância dos assentamentos de Andradina também aparece na formulação de Arlindo (2021), segundo a qual “a inclusão produtiva dos beneficiários da Reforma Agrária significou melhora alimentar e ocupação com possibilidade de renda, reforçando a importância e a viabilidade da democratização fundiária” (Arlindo, 2021, p. 1). Essa afirmação dialoga diretamente com a hipótese deste trabalho, pois indica que a reforma agrária pode produzir novas dinâmicas quando associada à produção, renda e organização.

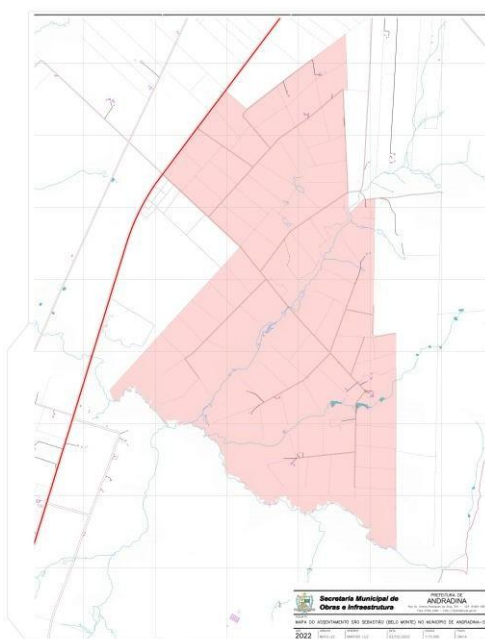
No município de Andradina, destacam-se os assentamentos Timboré, Belo Monte, Arizona e Josué de Castro, também conhecido como Timborézinho. O material institucional do Canteiro Agrário informa que são 347 famílias assentadas a serem referenciadas no Mapa de Produção Local, distribuídas entre Timboré, com 176 famílias; Belo Monte, com 74; Timborézinho, com 51; e Arizona, com 46 famílias (Cooperativa Canteiro Agrário, 2025a).



Mapa. 01 – Mapa Timboré



Mapa 02 – Mapa Timborezinho



Mapa 03 – Mapa Belo Monte



Mapa 04 – Mapa Arizona

Esses assentamentos formam uma base territorial importante para a agricultura familiar local. Contudo, enfrentam dificuldades semelhantes às observadas em outros assentamentos brasileiros: acesso limitado a assistência técnica, dificuldade de crédito, falta de infraestrutura produtiva, envelhecimento dos produtores, saída de jovens para a cidade, precariedade logística e problemas de comercialização.

O estudo de Colacino e Santos (2023) sobre o Assentamento Arizona, em Andradina/SP, é particularmente relevante por tratar diretamente de um dos territórios vinculados à Canteiro Agrário. Os autores afirmam que os assentamentos rurais são atravessados por limites como dificuldade de crédito, ausência de assistência técnica e problemas de infraestrutura produtiva, mas também são espaços de recriação camponesa e resistência diante do domínio do agronegócio e da grande propriedade fundiária.

Colacino e Santos (2023) oferecem uma leitura direta da realidade regional, destacando os limites vividos pelos assentamentos no contexto do agronegócio:

Sob o domínio do agronegócio e da grande propriedade fundiária, que se constituem a base do processo produtivo no campo brasileiro, a reprodução camponesa em assentamentos rurais de reforma agrária é atravessada por limites. Dificuldades de obtenção de crédito, problemas na infraestrutura produtiva, ausência de assistência técnica, num quadro de manutenção de grande concentração fundiária, são evidências da marginalidade da reforma agrária no Brasil (Colacino; Santos, 2023, p. 149).

Essa citação permite compreender que os problemas enfrentados pela agricultura familiar em Andradina não decorrem de incapacidade dos camponeses, mas de condições estruturais. A ausência de assistência técnica, infraestrutura e crédito fragiliza a produção; já a cooperativa se apresenta como tentativa de enfrentar coletivamente parte desses limites.

A análise desses autores destaca a importância da tríade terra-trabalho-família na recriação camponesa. Essa tríade ajuda a compreender a experiência de famílias que permanecem no campo não apenas por razões econômicas, mas também por vínculos de pertencimento, história, identidade e projeto de vida. O lote é espaço de moradia, trabalho, alimentação, sociabilidade e transmissão geracional.

Entretanto, a permanência no campo depende de condições objetivas. Produzir apenas para autoconsumo não é suficiente para atender despesas familiares com energia, transporte, saúde, vestuário, comunicação, educação e manutenção da propriedade. Por isso, a geração de renda monetária é fundamental para a reprodução social das famílias assentadas.

É nesse ponto que a organização coletiva ganha centralidade. A cooperativa permite que agricultores que individualmente teriam pouca força de negociação possam acessar chamadas públicas, organizar entregas, dividir responsabilidades, captar recursos e buscar mercados. A Canteiro Agrário surgiu, portanto, como instrumento de mediação entre os assentamentos e políticas públicas de comercialização.

A presença do monocultivo da cana-de-açúcar na região também reforça a importância dos assentamentos como espaços de resistência. Enquanto grandes áreas são destinadas à produção especializada e vinculada a cadeias agroindustriais, os assentamentos preservam a possibilidade de produção diversificada de alimentos. A cooperativa, ao estimular a produção de frutas, legumes, verduras, hortaliças e práticas agroecológicas, contribui para manter viva essa diversidade produtiva.

A sucessão familiar é outro desafio. Muitos filhos de assentados deixam os lotes em busca de renda nas cidades, o que compromete a força de trabalho e o futuro das pequenas propriedades. A experiência da Canteiro Agrário indica que o acesso a mercados, a ampliação da renda e a valorização do lote podem estimular o retorno ou a permanência de jovens no campo, como ocorre na trajetória do próprio autor deste trabalho.

3.2 Juventude, sucessão familiar e permanência no lote

A sucessão familiar aparece como uma questão decisiva para os assentamentos rurais. A saída dos jovens para a cidade reduz a força de trabalho, enfraquece a continuidade dos lotes e ameaça a transmissão dos conhecimentos agrícolas construídos pelas famílias. Entretanto, quando a propriedade passa a gerar renda, quando há canais de comercialização e quando o jovem participa da gestão cooperativa, a permanência no campo se torna uma possibilidade concreta. Abaixo (Figura 1) vemos a família de camponeses cultivando juntos, e isso fortalece a permanência futura dos jovens.

Figura 1 - Assentamento TimborézinhoAndradina (SP): Família Eduardo e Eneide



Fonte: Cooperativa. Foto: Fernando Magno (2021)

A trajetória de Pablo Ferraiolo Cafeo expressa essa problemática. Filho de José Marcelino Cafeo e Luzia Ferraiolo Cafeo, permanece junto à família na pequena propriedade, como destacado na figura 2, atua na produção, valoriza práticas agroecológicas e participa da gestão da Canteiro Agrário como tesoureiro.

Figura 2 - Família Luzia e Cafeo – Assentamento Timbore - Perfuração de Poço Artesiano



Foto: Arquivo Pablo F. Cafeo

Sua presença no campo revela que a juventude rural pode ser parte ativa da construção de alternativas produtivas, tecnológicas e organizativas para o campesinato.

4 COOPERATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

4.1 Princípios cooperativistas e organização democrática

O cooperativismo é uma forma de organização coletiva baseada na associação de pessoas em torno de objetivos comuns. No campo, pode assumir papel estratégico ao reunir camponeses da agricultura familiar, fortalecer sua capacidade de negociação, viabilizar compras e vendas coletivas, organizar a produção, acessar políticas públicas e construir mecanismos de gestão democrática.

A Lei nº 5.764/1971 define a Política Nacional de Cooperativismo e estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativas. Conforme essa legislação, as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das sociedades empresariais convencionais pela gestão democrática e pela finalidade de atender necessidades dos cooperados (Brasil, 1971).

Pereira (2022), ao estudar impactos do cooperativismo na agricultura familiar, destaca que as cooperativas podem contribuir para obtenção de crédito, gestão financeira da produção, aquisição de insumos, acesso a maquinários, assistência técnica e escoamento da produção ao mercado consumidor. Essa abordagem é útil para compreender a Canteiro Agrário, pois a cooperativa não se limita à venda de alimentos; ela cria condições coletivas para que os agricultores possam produzir e comercializar com maior segurança.

No debate conceitual, Pereira registra que “cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo” (Pereira, 2022, p. 16). Essa definição permite compreender que a cooperativa, antes de ser uma estrutura jurídica, é uma prática coletiva baseada em objetivos comuns.

A experiência da Canteiro Agrário se aproxima dessa definição porque nasceu de reuniões, diagnósticos, formações e decisões coletivas. A formalização jurídica foi consequência de um processo anterior de cooperação entre produtores que buscavam melhorar a comercialização, organizar a produção e acessar políticas públicas.

O cooperativismo, entretanto, não deve ser idealizado. Oliveira (2010), ao discutir agricultura e indústria no Brasil, alerta para as contradições presentes nas relações entre cooperativas, mercado e capital. Uma cooperativa pode reforçar relações capitalistas se funcionar apenas como intermediária comercial, sem ampliar autonomia, participação e ganhos sociais para seus membros. Por isso, a dimensão democrática e coletiva é essencial.

No caso da agricultura familiar, o cooperativismo adquire sentido territorial quando contribui para fortalecer a permanência das famílias no campo. Ele permite que pequenos agricultores familiares superem parcialmente limitações individuais. Um camponês isolado dificilmente consegue comprar um caminhão, uma câmara fria, um trator ou disputar grandes contratos. Coletivamente, os camponeses podem acessar recursos, organizar entregas, dividir custos e ampliar escala.

Bezerra (2021), ao estudar a Cooperativa de Produção, Industrialização E Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), na microrregião de Andradina, interpreta a cooperativa como instrumento de luta do campesinato no território, destacando sua relação com o PNAE, a comercialização e a reprodução social das famílias camponesas. Embora a COAPAR tenha trajetória própria, ligada ao leite e derivados, sua análise oferece referência importante para pensar a Canteiro Agrário como organização que busca garantir renda e permanência na terra.

A dissertação de Bezerra (2021) oferece uma referência regional importante. Ao analisar a COAPAR, a autora afirma que, “com as vendas do PNAE, a cooperativa expandiu seu grau de atuação nos municípios contemplados”, assegurando a permanência dos camponeses no campo pela venda garantida da matéria-prima (Bezerra, 2021, p. 14). Embora trate de outra cooperativa, essa constatação é útil para interpretar a Canteiro Agrário, que também encontra no PNAE um mercado estruturante.

4.2 Cooperativismo, mercado institucional e autonomia relativa

O cooperativismo não retira os camponeses do mercado capitalista, mas pode alterar sua posição dentro dele. Em vez de vender individualmente, em pequena escala e com baixa capacidade de negociação, os camponeses passam a atuar por meio de uma organização coletiva que concentra oferta, cumpre exigências documentais, negocia contratos e distribui responsabilidades. Trata-se, portanto, de uma autonomia relativa, construída dentro das próprias contradições do mercado.

O cooperativismo também é importante para enfrentar a atuação e dependência de atravessadores. Antes da organização coletiva, muitos camponeses vendiam individualmente, em

pequenas quantidades, com baixa capacidade de negociação e alta vulnerabilidade aos preços impostos. A cooperativa alterou essa condição ao concentrar oferta, organizar documentos, participar de chamadas públicas e articular logística.

Outro aspecto fundamental é a diversificação produtiva. Em muitos assentamentos, ocorrem ciclos de produção orientados por expectativas de mercado imediato. Quando muitos agricultores plantam o mesmo produto ao mesmo tempo, a oferta aumenta, o preço cai e as perdas se ampliam. A cooperativa pode orientar o escalonamento da produção e estimular diversidade de cultivos, reduzindo riscos econômicos.

A governança democrática é condição para que o cooperativismo fortaleça, de fato, os agricultores. Reuniões, assembleias, prestação de contas, deliberações coletivas, fiscalização e transparência são práticas que impedem a concentração das decisões e ampliam a corresponsabilidade dos cooperados. Sem participação, a cooperativa corre o risco de se distanciar dos agricultores que deveria representar.

Dessa forma, no âmbito deste trabalho, o cooperativismo é compreendido como instrumento de desenvolvimento territorial quando articula organização econômica, participação social, acesso a políticas públicas, diversificação produtiva, geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar.

5 A COOPERATIVA CANTEIRO AGRÁRIO: ORIGEM, FUNDAÇÃO E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

5.1 Origem, diagnóstico e mobilização dos

A Cooperativa Canteiro Agrário nasce de um processo de mobilização de agricultores familiares de Andradina/SP, especialmente produtores de frutas, verduras, legumes e hortaliças dos assentamentos rurais. Sua origem está vinculada à atuação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, no período em que Fernando Magno ocupava a função de secretário, em articulação com produtores, lideranças comunitárias, ITESP, SEBRAE e outros parceiros.

Figura 3 – Primeiras reuniões para organização da Cooperativa Canteiro Agrário - 2019



Foto: Fernando Magno (cedida de arquivo pessoal), 2019.

Entre 2018 e 2019, foi realizado um diagnóstico socioterritorial, econômico, produtivo e tecnológico nos assentamentos rurais de Andradina. Esse levantamento buscou identificar o potencial produtivo dos lotes, as culturas existentes, o acesso à água, a disponibilidade de equipamentos, as dificuldades de comercialização e as expectativas dos agricultores. O objetivo era compreender a realidade concreta dos camponeses antes de propor formas de organização.

O diagnóstico evidenciou que parte significativa dos produtores vinculados ao leite possuía algum nível de organização por meio de cooperativas, como a COAPAR e a Cooperativa Agroindustrial de Mulheres da Agricultura Familiar (COPRIMA). Por outro lado, produtores de frutas, verduras, legumes e hortaliças enfrentavam maiores dificuldades para acessar mercados, dependendo de vendas individuais, atravessadores e canais instáveis de comercialização.

A partir desse cenário, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário de Andradina, a partir do ano tal, passou a promover reuniões e diálogos com produtores identificados no diagnóstico. Lideranças, como José Marcelino Cafeo, Julinda de Oliveira Lopes, Leny Pereira da Silva Lima e Joana Aparecida Rocha, tiveram papel importante nesse processo, contribuindo para aproximar produtores e discutir a necessidade de uma organização coletiva.

Figura 4 – Andradina (SP): reunião com Pautas de cooperativismo, desafios dos Produtores - 2019
Fonte: Arquivo Cooperativa. Foto: Fernando Magno (2019). Adrilei Ferraz, Fernando Magno e Cafeo (Presidente da Canteiro Agrário)



Fonte: Arquivo Cooperativa.

No material institucional da Canteiro Agrário, afirma-se que a cooperativa nasceu da união de produtores da agricultura familiar de Andradina, com vocação para o plantio de hortas, motivados e organizados em grupos produtivos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, juntamente com ITESP, SEBRAE e apoio da Associação Comercial de Andradina (Cooperativa Canteiro Agrário, 2025a).

Paralelamente, foram realizados estudos de mercado, consumo local, principais produtos e preços, o que contribuiu para demonstrar a viabilidade da organização cooperativa. A proposta era que o pequeno produtor fosse compreendido não apenas como alguém que produz, mas também como gestor de sua atividade, capaz de planejar, estudar mercado, estabelecer metas e participar do mundo dos negócios.

A Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa de Produtores e Negócios da Agricultura Familiar Canteiro Agrário ocorreu em 21 de novembro de 2019, no município de Andradina/SP. A ata registra a presença de doze sócios fundadores: José Marcelino Cafeo, Julinda de Oliveira Lopes, Joana Aparecida Rocha, Vera Lucia Rodrigues de Oliveira Silva, Antonio

Pereira, Maria Lucia Pedro da Silva, Leny Pereira da Silva Lima, Ernesto Coelho, Fidelcino Pereira Coelho, Gerson Marques Evangelista, Pedro Francisco Lacerda e José Alves da Cunha (Cooperativa Canteiro Agrário, 2019).

No documento de fundação, após a aprovação do Estatuto Social, consta que o presidente da assembleia “declarou definitivamente constituída, a partir desta data, a Cooperativa de Produtores e Negócios da Agricultura Familiar Canteiro Agrário” (Cooperativa Canteiro Agrário, 2019a, p. 3). O trecho demonstra que a assembleia foi o marco jurídico de uma trajetória que vinha sendo construída por meio da mobilização produtiva e comunitária dos agricultores.

Na primeira Diretoria, José Marcelino Cafeo foi eleito Diretor Presidente; Julinda de Oliveira Lopes, Diretora Vice-Presidente; Joana Aparecida Rocha, 1ª Secretária; Vera Lucia Rodrigues de Oliveira Silva, 2ª Secretária; Antonio Pereira, 1º Tesoureiro; Maria Lucia Pedro da Silva, 2ª Tesoureira; e Leny Pereira da Silva Lima, Diretora Administrativa. O Conselho Fiscal teve Ernesto Coelho, Fidelcino Pereira Coelho e Gerson Marques Evangelista como membros efetivos, e Pedro Francisco Lacerda, José Alves da Cunha e Leny Pereira da Silva Lima como suplentes (Cooperativa Canteiro Agrário, 2019a).

Esses fundadores devem ser compreendidos como sujeitos históricos da criação da Canteiro Agrário. A fundação da cooperativa não foi apenas ato burocrático, mas resultado de um processo social de mobilização de agricultores que buscavam superar dificuldades de comercialização e construir canais coletivos de organização.

O CNPJ da cooperativa registra abertura em 15 de janeiro de 2020, natureza jurídica cooperativa e atividade principal de comércio varejista de hortifrutigranjeiros. O endereço atual é a Estrada Municipal Emeterio Castilho Gimenez, 1887, Setor Chácara Nova Vida, Bairro Lagoinha, Andradina/SP (Receita Federal do Brasil, 2026).

O Estatuto Social estabelece que a cooperativa tem como objetivo prestar serviços que contribuam para o fomento e racionalização de atividades relacionadas à produção de hortifrutigranjeiros, agropecuária, piscicultura, apicultura, ovinocultura, caprinocultura, sericicultura, beneficiamento, processamento, industrialização, comercialização e outras atividades ligadas ao desenvolvimento dos cooperados (Cooperativa Canteiro Agrário, 2019b).

O extrato do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) identifica a Canteiro Agrário como cooperativa singular, constituída em 15 de janeiro de 2020, com representante legal Denis Maronka Rossi. O documento apresenta composição societária com 45 associados com inscrições ativas no CAF, equivalentes a 86,54% do quadro informado, e destaca que 30 agricultores

familiares com CAF são do sexo feminino, correspondendo a 66,67% (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2025).

A governança da Canteiro Agrário foi construída com valorização da participação dos cooperados, conforme demonstrado na figura 4 abaixo. Desde sua origem, as decisões sobre produção, comercialização, aplicação de recursos, parcerias, prestação de contas e projetos são discutidas em reuniões e assembleias. Essa prática constitui pilar estruturante da cooperativa, pois fortalece a transparência, a fiscalização e o controle social interno.

Figura 4 – Reunião da Cooperativa no Assentamento Timboré, com a participação dos técnicos do ITESP, José Luiz Nogueira e José Roberto Marques.



Fonte: Arquivo Cooperativa. Foto: Fernando Magno (2019)

5.2 Governança participativa, transparência e controle social interno

A governança participativa é um elemento central para diferenciar a Canteiro Agrário de uma simples empresa de intermediação comercial. Reuniões, assembleias, prestação de contas e deliberações coletivas permitem que os cooperados acompanhem a aplicação dos recursos, fiscalizem decisões, compreendam as exigências dos programas públicos e assumam responsabilidades sobre a produção e as entregas. Abaixo, na figura 5, é possível perceber como se dá o processo de aprovação de propostas, contas anuais e demais deliberações.

Figuras 5 – Assembleias Participativas, Deliberativas.



Fonte: Arquivo Cooperativa. Foto: Fernando Magno (2026)

Essa forma de gestão também possui dimensão pedagógica. Ao participar das decisões, o produtor deixa de ser apenas fornecedor e passa a compreender custos, prazos, qualidade, burocracia, chamadas públicas e planejamento. O cooperativismo, nesse sentido, contribui para formar agricultores gestores de sua produção e corresponsáveis pelo destino da organização.

Na prática, os agricultores não são vistos apenas como fornecedores, mas como sujeitos da gestão cooperativa. A participação permanente em reuniões e assembleias permite que os produtores compreendam melhor os mercados, as políticas públicas, os custos, os cronogramas de entrega, a necessidade de diversificação e a responsabilidade coletiva assumida pela cooperativa.

No quadro abaixo transcreve-se a primeira diretoria da Cooperativa Canteiro Agrário. Na composição buscou garantir a representação das mulheres camponesas.

Quadro 1 - Cooperativa Canteiro Agrário/Andradina (SP): Primeira Diretoria e Conselho Fiscal - 2019

Órgão/Cargo	Nome
Diretor Presidente	José Marcelino Cafeo
Diretora Vice-Presidente	Julinda de Oliveira Lopes
1ª Secretária	Joana Aparecida Rocha
2ª Secretária	Vera Lucia Rodrigues de Oliveira Silva
1º Tesoureiro	Antonio Pereira
2ª Tesoureira	Maria Lucia Pedro da Silva
Diretora Administrativa	Leny Pereira da Silva Lima
Conselho Fiscal - efetivo	Ernesto Coelho; Fidelcino Pereira Coelho; Gerson Marques Evangelista
Conselho Fiscal - suplente	Pedro Francisco Lacerda; José Alves da Cunha; Leny Pereira da Silva Lima

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Ata da Assembleia Geral de Constituição (COOPERATIVA CANTEIRO AGRÁRIO, 2019a).

6 PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

6.1 O PNAE como mercado institucional para a agricultura familiar

A comercialização é um dos principais desafios da agricultura familiar. Produzir alimentos com qualidade não garante, por si só, renda aos agricultores, pois é necessário acessar mercados, cumprir exigências documentais, organizar logística, entregar com regularidade e negociar preços. Nesse sentido, os mercados institucionais, especialmente PNAE e PAA, têm papel estratégico.

A Lei nº 11.947/2009 estabeleceu diretrizes para a alimentação escolar e determinou a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme regras do PNAE (Brasil, 2009). Posteriormente, a Lei nº 15.226/2025 alterou a legislação para estabelecer percentual mínimo de 45% de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar no âmbito do programa (Brasil, 2025).

O PNAE tem relação entre alimentação escolar e desenvolvimento rural e, para os estudantes, representa acesso a alimentos variados e, quando bem executado, mais frescos e saudáveis. Para os agricultores familiares, representa oportunidade de venda com previsibilidade, o que permite planejamento da produção e organização de cronogramas.

A Canteiro Agrário fornece produtos para a merenda escolar de Andradina desde 2021. Os dados documentais de 2024 e 2025 permitem dimensionar essa atuação. Os Termos de Homologação e Adjudicação confirmam que a cooperativa foi adjudicada para 38 itens em cadaano, excluindo leite, derivados e mel, destinados a outros fornecedores (Prefeitura Municipal de Andradina, 2024b, 2025b).

Figura. 6 – Entrega na Merenda Escolar de Andradina – Produtor José Geraldo (Cotia), acompanhado pela Nutricionista Vania e o Presidente Cafeo



Fonte: Arquivo Cooperativa. Foto: Fernando Magno (2022)

Os Termos de Homologação e Adjudicação confirmam que o objeto das chamadas públicas foi a “aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE” (Prefeitura Municipal de Andradina, 2024b, p. 1; 2025b, p. 1). Essa formulação evidencia que a compra pública não é apenas uma operação administrativa, mas parte de uma política nacional que vincula alimentação escolar e agricultura familiar.

Em 2024, no Processo Licitatório nº 48/2024, Dispensa nº 03/2024, a Canteiro Agrário foi homologada como vencedora do certame. Com base nos valores constantes do edital e nos itens homologados, a cooperativa aparece vinculada ao fornecimento de aproximadamente 106.900 kg de produtos, 16.600 maços de hortaliças e 6.000 dúzias de ovos, totalizando R\$ 1.007.681,83 (Prefeitura Municipal de Andradina, 2024a, 2024b).

Em 2025, no Processo Licitatório nº 93/2025, Dispensa nº 07/2025, a cooperativa foi novamente homologada para os mesmos grupos de itens. Nesse ano, os produtos homologados totalizaram aproximadamente 120.500 kg de alimentos, 16.500 maços de hortaliças e 6.000 dúzias

de ovos, com valor de R\$ 1.129.023,43 (Prefeitura Municipal de Andradina, 2025a, 2025b).

Somando os dois anos analisados, a participação da Canteiro Agrário no PNAE de Andradina corresponde a mais de 227 toneladas de alimentos, além de 33.100 maços de hortaliças e 12.000 dúzias de ovos, alcançando R\$ 2.136.705,26 em produtos homologados/adjudicados. Esses dados demonstram que o PNAE representa mercado institucional estratégico para a cooperativa e para os agricultores familiares vinculados a ela.

A diversidade dos itens homologados demonstra a importância do planejamento produtivo. A cooperativa organiza fornecimento de abacaxi, abóbora, abobrinha, acelga, alface, almeirão, banana, batata-doce, beterraba, brócolis, cheiro-verde, couve, goiaba, laranja, limão, mamão, mandioca, melancia, milho verde, pepino, pimentão, quiabo, repolho, rúcula, salsa, tangerina, tomate, vagem e outros produtos. Essa diversidade reduz riscos econômicos associados à dependência de uma única cultura.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem objetivo de promover acesso à alimentação, segurança alimentar e inclusão econômica e social. No caso da modalidade com doação simultânea, os alimentos são adquiridos dos agricultores familiares e destinados a famílias em situação de vulnerabilidade ou a unidades socioassistenciais.

6.2 O PAA/Conab e a dimensão social da doação simultânea

No PAA, a cooperativa assume papel que ultrapassa a comercialização. A compra pública gera renda para os produtores e, ao mesmo tempo, permite que alimentos frescos cheguem a famílias e entidades socioassistenciais. Trata-se de uma política que articula produção rural, segurança alimentar, assistência social e abastecimento local. Nas imagens abaixo vimos o processo de organização das cestas que são distribuídas as famílias do município de Andradina atendidas por meio do PAA.

Figura 7 – Mosaico de imagens organização cestas verdes PAA



Fonte: Arquivo Cooperativa. Foto: Fernando Magno (2025)

O fato de o Plano de Execução da Conab registrar percentual de mulheres de 86,21% no projeto da Canteiro Agrário é um dado relevante para compreender a participação feminina na agricultura familiar e na execução das políticas públicas. Esse dado indica que o fortalecimento da cooperativa também pode contribuir para dar visibilidade econômica ao trabalho das mulheres agricultoras.

O Plano de Execução da Conab vinculado à Canteiro Agrário, código TPAF SP/2023/02/0341, apresenta valor total de R\$ 434.986,10, vencimento em 10 de abril de 2026 e

percentual de mulheres de 86,21%. O documento lista 28 produtos, incluindo tomate, abobrinha, abóboras, acelga, alface, almeirão, banana, berinjela, cebolinha, cheiro-verde, couve, feijão, jiló, mamão, maracujá, maxixe, melancia, milho verde, pepino, pimentão e outros alimentos (CONAB, 2024).

Outro documento do PAA, emitido em 2025, identifica 25 produtos e 33 fornecedores, com valor contratado de R\$ 10.000,00 por produtor, totalizando R\$ 330.000,00. Esse dado é relevante porque demonstra que o programa distribui renda entre diferentes agricultores familiares, ampliando o alcance econômico da cooperativa (CONAB, 2025).

No município de Andradina, os alimentos do PAA são destinados a famílias acompanhadas pelos CRAS e a entidades sociais, como asilos, casas de acolhimento, instituições que atendem crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua e pessoas em tratamento por dependência química. Dessa forma, a cooperativa assume dupla função: fortalece economicamente os produtores e contribui socialmente para a segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade.

O PAA e o PNAE mostram que políticas públicas de compras institucionais não são apenas programas de aquisição. Eles podem funcionar como instrumentos de desenvolvimento territorial, pois articulam produção local, alimentação saudável, geração de renda, circulação de recursos no município e valorização da agricultura familiar.

Tabela 1 - Canteiro Agrário Andradina (SP): síntese da participação no PNAE - (2024-2025)

Ano	Itens homologados	Quantidade em kg	Maços	Dúzias	Valor total
2024	38	106.900 kg	16.600	6.000	R\$ 1.007.681,83
2025	38	120.500 kg	16.500	6.000	R\$ 1.129.023,43
Total	-	227.400 kg	33.100	12.000	R\$ 2.136.705,26

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos editais e termos de homologação do PNAE de Andradina (Prefeitura Municipal de Andradina, 2024a, 2024b, 2025a, 2025b).

Tabela 2 - Dados documentais do PAA/Conab vinculados à Canteiro Agrário

Documento	Produtos	Produtores/fornecedores	Valor
Plano de Execução TPAF SP/2023/02/0341	28 produtos	29 fornecedores	R\$ 434.986,10
Plano de Execução/fornecedores 2025	25 produtos	33 fornecedores	R\$ 330.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos da Conab (CONAB, 2024, 2025).

7 IMPACTOS DA COOPERATIVA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E NA PERMANÊNCIA NO CAMPO

7.1 Impactos econômicos, produtivos e logísticos

A análise dos dados documentais e da trajetória da Canteiro Agrário permite identificar impactos em diferentes dimensões: econômica, social, produtiva, territorial, política e geracional. Esses impactos não eliminam os desafios enfrentados pelos camponeses, mas demonstram que a cooperativa cria condições mais favoráveis para a permanência das famílias no campo.

Na dimensão econômica, a cooperativa amplia a capacidade de comercialização dos camponeses. A participação no PNAE e no PAA cria previsibilidade de venda, o que permite organizar plantio, colheita, entrega e renda. O camponês deixa de depender exclusivamente de vendas ocasionais ou de atravessadores e passa a participar de contratos públicos mediados pela cooperativa.

A renda gerada pela comercialização institucional não deve ser vista apenas como pagamento por produto entregue. Ela se converte em manutenção da família, compra de insumos, melhoria da propriedade, permanência no lote e possibilidade de planejamento. Quando há previsão de venda, o agricultor pode decidir o que plantar, quando plantar e como organizar o trabalho familiar.

Na dimensão produtiva, a Canteiro Agrário estimula a diversificação. A variedade de itens homologados na merenda escolar e nos projetos do PAA exige que os agricultores planejem diferentes cultivos, evitando concentração excessiva em um único produto. Esse planejamento reduz riscos de queda de preços, perdas e saturação do mercado local.

Nas imagens a seguir é possível notar essa diversificação de cultivo, plátios consorciados, preservação de sementes crioulas.

Figura, 8 – Mosaico de fotos da diversificação produtiva dos Cooperados



Fonte: Arquivo Pablo F. Cafeo (2025)

Figura 9 – Mosaico de fotos da diversificação produtiva dos Cooperados



Fonte: Arquivo Cooperativa. Foto: Fernando Magno (2023)

A cooperativa também contribui para o escalonamento produtivo. Ao organizar entregas contínuas para escolas, CRAS e entidades sociais, torna-se necessário distribuir a produção ao longo do tempo. Essa exigência fortalece o planejamento coletivo e incentiva a adoção de práticas que ampliem regularidade e qualidade dos alimentos.

Outro impacto importante é a captação de recursos. A organização jurídica da cooperativa permite buscar emendas parlamentares, projetos junto ao Governo Federal e parcerias para aquisição de trator, implementos agrícolas, câmara fria, estufas agrícolas e veículos para escoamento da produção. Sem a cooperativa, cada produtor isoladamente teria maior dificuldade de acessar tais investimentos.

A implantação de estufas agrícolas representa perspectiva de ampliação produtiva. As estufas podem melhorar controle de irrigação, reduzir perdas, aumentar produtividade e permitir produção mais regular de hortaliças. Associadas à assistência técnica e ao planejamento, podem contribuir para atender demandas crescentes do PNAE, PAA e mercados privados.

A câmara fria e os veículos de transporte também são estratégicos. Frutas, verduras e hortaliças exigem cuidado pós-colheita, armazenamento adequado e logística eficiente. A falta de transporte próprio ou de estrutura de conservação reduz a qualidade dos produtos e aumenta perdas. Assim, a infraestrutura coletiva fortalece a capacidade de comercialização.

Na dimensão social, a atuação no PAA evidencia a conexão entre agricultura familiar e segurança alimentar. A compra dos alimentos gera renda aos agricultores e, simultaneamente, garante doação a famílias em vulnerabilidade e entidades socioassistenciais. Esse fluxo cria uma relação solidária entre campo e cidade, produtores e consumidores, política agrícola e política social.

As estufas, assim como a câmara fria foram conquistadas, por meio de emendas parlamentares, no ano de 2025 e estão em fase de contratação pelo Cooperativa.

7.2 Impactos sociais, territoriais e geracionais

O impacto social da cooperativa está justamente na circulação dos alimentos no território. A produção sai dos lotes, passa pela organização cooperativa e chega a escolas, CRAS e entidades sociais. Com isso, a pequena produção familiar deixa de ser invisível e passa a compor a política pública de alimentação e segurança alimentar do município.

Na dimensão alimentar, a Canteiro Agrário contribui para que alimentos frescos, locais e diversificados cheguem à merenda escolar e às famílias atendidas pelos programas sociais. A proximidade entre produção e consumo favorece produtos colhidos recentemente, com maior identidade territorial e potencial de qualidade nutricional.

A cooperativa também incentiva práticas de produção mais sustentáveis. A experiência do autor e de sua família, com uso de adubação orgânica, cultivo diversificado, árvores frutíferas e

valorização de princípios agroecológicos, aponta possibilidades de transição para sistemas produtivos menos dependentes de insumos externos e mais integrados ao equilíbrio ambiental.

Na dimensão territorial, a Canteiro Agrário fortalece os assentamentos como espaços de resistência diante do monocultivo da cana e do agronegócio. Enquanto a produção canavieira tende à homogeneização do território, a agricultura familiar cooperada preserva diversidade, trabalho familiar, produção de alimentos e vínculos comunitários.

Na dimensão geracional, a experiência da cooperativa pode contribuir para a sucessão familiar. Quando o lote gera renda, quando há mercado e quando os jovens percebem possibilidade de futuro no campo, a permanência se torna mais viável. A trajetória de Pablo Ferraiolo Cafeo, jovem agricultor, estudante de Geografia e tesoureiro da cooperativa, expressa essa possibilidade. No caso de Pablo Ferraiolo Cafeo, a sucessão familiar não se expressa apenas como continuidade da propriedade dos pais. Ela envolve formação acadêmica em Geografia, atuação na tesouraria da cooperativa, trabalho cotidiano no lote e defesa de práticas agroecológicas. Essa combinação entre conhecimento acadêmico, experiência familiar e participação cooperativa demonstra que a juventude rural pode produzir novas leituras sobre o campo e novas formas de gestão da agricultura familiar.

A permanência de jovens nos assentamentos também depende do reconhecimento simbólico do campo como lugar de futuro. Quando a cooperativa fortalece a produção e permite acesso a mercados, ela contribui para combater a ideia de que o campo é apenas espaço de falta, atraso ou ausência de oportunidades. O lote passa a ser visto como unidade produtiva, território de vida e possibilidade de projeto profissional.

A permanência dos jovens no campo não depende apenas de vontade individual. Ela exige condições materiais, reconhecimento social, tecnologias, renda e participação nas decisões. O cooperativismo pode contribuir para isso ao abrir espaços de gestão, formação e protagonismo para novas gerações de agricultores.

Apesar dos avanços, a cooperativa enfrenta desafios. A falta de assistência técnica municipal contínua, limitações de infraestrutura, necessidade de ampliar logística, exigências burocráticas dos programas públicos e dificuldades de capital de giro são obstáculos que precisam ser enfrentados. A cooperativa, portanto, não é solução pronta, mas processo em construção.

Ainda assim, sua experiência demonstra que a reforma agrária pode ser viável quando articulada a organização coletiva, políticas públicas e mercados institucionais. A terra, associada

ao trabalho familiar, à cooperação e à comercialização planejada, torna-se base para desenvolvimento territorial e reprodução social dos agricultores.

8 LIMITES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA COOPERATIVA CANTEIRO AGRÁRIO

8.1 As dificuldades iniciais de organização coletiva

A análise da Cooperativa Canteiro Agrário não pode se limitar à exposição de seus resultados positivos. Como ocorre em grande parte das experiências da reforma agrária brasileira, a construção da cooperativa também foi marcada por desconfiças, dificuldades administrativas, limitações materiais e desafios de organização. Reconhecer esses limites é necessário para evitar uma leitura idealizada do cooperativismo e para compreender que a permanência no campo depende de processos históricos, políticos e institucionais complexos.

No início da mobilização, muitos produtores não acreditavam que a experiência pudesse se consolidar. Essa resistência estava relacionada a tentativas anteriores de criação de associações nos assentamentos, muitas das quais não tiveram continuidade. As experiências frustradas deixaram entre agricultores a percepção de que organizar coletivamente a produção e a comercialização seria uma tarefa difícil, principalmente sem apoio técnico, suporte administrativo e acompanhamento permanente.

Essa dificuldade inicial também estava ligada ao perfil do trabalho rural familiar. Muitos assentados possuíam amplo conhecimento prático sobre plantio, colheita e manejo da terra, mas tinham menor experiência com gestão administrativa, emissão de documentos, controle de pedidos, prestação de contas, organização financeira e negociação com compradores. O desafio, portanto, não era apenas produzir mais, mas aprender a administrar coletivamente uma organização jurídica, com responsabilidades perante cooperados, programas públicos e consumidores.

Para enfrentar essas limitações, foram realizadas reuniões, conversas, atividades formativas e experiências práticas de comercialização. O apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, do SEBRAE e do ITESP foi importante para trabalhar temas como cooperativismo, escalonamento da produção, qualidade dos produtos, organização de entregas e planejamento. Nesse processo, buscou-se envolver não apenas os produtores, mas também mulheres, jovens e outros membros das famílias, que passaram a contribuir no controle de pedidos, nas vendas e em tarefas administrativas.

Uma experiência importante nesse período foi a realização de feirões da agricultura familiar, organizados em um barracão localizado no bairro Gasparelli, em Andradina. Esses feirões, realizados semanalmente, permitiram que os agricultores comercializassem diretamente seus

produtos, experimentassem formas de organização coletiva, praticassem preços justos e percebessem a importância da qualidade, da regularidade e da diversidade produtiva. Antes mesmo da consolidação dos contratos institucionais, essas experiências funcionaram como laboratório de aprendizagem cooperativa, conforme demonstra-se na figura 10.

Os limites observados nessa fase inicial dialogam com a literatura sobre assentamentos rurais. Colacino e Santos (2023) apontam que a recriação camponesa nos assentamentos é atravessada por dificuldades de crédito, problemas de infraestrutura produtiva e ausência de assistência técnica. No caso da Canteiro Agrário, a organização cooperativa surgiu como resposta a parte desses problemas, mas não os elimina automaticamente.

Figura 10- Feira da Agricultura Familiar - Canteiro Agrário



Fonte: Arquivo Cooperativa. Foto: Fernando Magno (2020)

8.2 Logística, infraestrutura e suporte técnico

Entre os desafios ainda enfrentados pela cooperativa, a logística ocupa lugar central. A produção de frutas, verduras, legumes e hortaliças exige transporte adequado, rapidez nas entregas, armazenamento correto e capacidade de escoamento. Muitos produtores não possuem veículos apropriados para transportar seus produtos dos assentamentos até a sede da cooperativa ou até os pontos de entrega. Essa limitação aumenta custos, dificulta a regularidade das entregas e pode comprometer a qualidade dos alimentos.

A cooperativa avançou ao adquirir, em 2026, seu primeiro veículo utilitário, uma Fiorino (Figura 11), destinado ao apoio comercial, às vendas e à organização de entregas. Contudo,

permanece o desafio de conquistar um caminhão capaz de ampliar o escoamento da produção. A busca por esse equipamento tem ocorrido por meio de emendas parlamentares, projetos junto ao Governo Federal e reinvestimento dos próprios resultados gerados pela cooperativa.

Figura 11- Veículo utilitário Fiorino



Fonte: Arquivo Cooperativa

Outro desafio é a estruturação de uma central de comercialização. A cooperativa vem organizando sua sede e seu escritório, mas ainda discute a implantação de uma central de vendas que permita atender de forma mais organizada os programas públicos, consumidores finais e novos mercados. A ausência de uma estrutura completa de processamento, embalagem, refrigeração e distribuição limita a ampliação da capacidade comercial da Canteiro Agrário.

Também se destaca a insuficiência de suporte tecnológico e assistência técnica contínua. Produtores familiares necessitam de orientação permanente sobre irrigação, manejo do solo, controle de pragas, planejamento de culturas, adubação orgânica, produção protegida, pós-colheita e adequação às exigências sanitárias e comerciais. Sem esse acompanhamento, a ampliação da produção pode ocorrer de forma desigual, com perdas, instabilidade e dificuldades de padronização.

A implantação de estufas agrícolas aparece como uma resposta a parte desses limites. Andradina está localizada em uma região de clima tropical, com temperaturas elevadas, com períodos de sol intenso e chuvas fortes no verão que afetam especialmente a produção de hortaliças, mas com invernos com baixa pluviosidade. As estufas em implantação, conquistadas por meio de recursos e emendas parlamentares, podem melhorar as condições de trabalho dos produtores, reduzir perdas, qualificar a produção e permitir maior regularidade no atendimento aos contratos.

8.3 Pandemia, instabilidade e capacidade de adaptação

A trajetória da Canteiro Agrário também foi afetada pela pandemia de Covid-19, nos anos de 2020-2021. Como ocorreu em muitos setores da sociedade, o período trouxe dificuldades de relacionamento, circulação, comercialização e organização das entregas. O fechamento ou funcionamento parcial de escolas e a necessidade de distanciamento social criaram insegurança para agricultores que dependiam da venda de alimentos para a alimentação escolar.

Nesse contexto, a cooperativa buscou alternativas junto ao poder público municipal para que a merenda escolar não fosse interrompida. A distribuição de alimentos por meio de cestas destinadas aos alunos permitiu manter parte da comercialização e, ao mesmo tempo, garantir que crianças e adolescentes continuassem recebendo alimentos durante o período de suspensão das aulas presenciais. As famílias retiravam as cestas nas escolas, respeitando as condições sanitárias daquele momento.

Essa experiência demonstrou que a cooperativa também precisou desenvolver capacidade de adaptação. A pandemia poderia ter provocado uma ruptura mais profunda na comercialização, mas a articulação com o município permitiu assegurar sustentabilidade econômica mínima aos produtores e manter a função social da alimentação escolar. O episódio evidencia que a força da cooperativa não está apenas em vender produtos, mas em reorganizar fluxos de abastecimento diante de situações de crise.

Ao mesmo tempo, esse período revelou a dependência da agricultura familiar em relação à continuidade das políticas públicas. Quando escolas fecham, editais atrasam ou programas são interrompidos, os agricultores sentem diretamente os impactos. Por isso, a segurança econômica da cooperativa depende da diversificação de mercados, da ampliação de contratos e da construção de canais complementares de venda.

8.4 Perspectivas: novos mercados, produção protegida e fortalecimento institucional

Os desafios atuais da Canteiro Agrário também apontam para perspectivas futuras. A ampliação da logística, a implantação das estufas agrícolas, a aquisição de veículos, a estruturação da sede, a organização de uma central de comercialização e a busca por novos contratos são caminhos importantes para consolidar a cooperativa como instrumento de desenvolvimento territorial.

Entre os mercados possíveis, destacam-se programas estaduais, fornecimento de alimentos para unidades prisionais, ampliação das vendas para consumidores finais, parcerias com entidades sociais, restaurantes, supermercados e outros compradores institucionais. Esses caminhos podem reduzir a dependência de poucos contratos, aumentar a estabilidade da renda e estimular maior diversidade produtiva nos lotes.

A central de comercialização é uma demanda estratégica. Ela pode funcionar como espaço de recepção, seleção, pesagem, armazenamento, montagem de pedidos e distribuição de alimentos. Se articulada à câmara fria, veículos e processos de gestão, essa estrutura poderá melhorar a qualidade dos produtos, reduzir perdas e profissionalizar a relação da cooperativa com diferentes mercados.

No entanto, a ampliação da cooperativa precisa preservar seus princípios de participação e controle coletivo. O crescimento econômico não deve transformar a organização em uma estrutura distante dos cooperados. O desafio é ampliar vendas, logística e infraestrutura sem perder o caráter democrático, comunitário e territorial que marcou sua origem.

Assim, os limites da Canteiro Agrário não negam sua importância. Pelo contrário, revelam que o cooperativismo é um processo em construção, dependente de aprendizagem coletiva, apoio público, gestão democrática e capacidade de enfrentar crises. A experiência demonstra avanços significativos, mas também confirma que a reforma agrária brasileira continua exigindo políticas de assistência técnica, infraestrutura, crédito, logística e comercialização para que a terra conquistada se converta em permanência digna e produtiva.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a Cooperativa Canteiro Agrário como experiência de organização coletiva da agricultura familiar em Andradina/SP, situando-a no debate mais amplo sobre questão agrária, reforma agrária, cooperativismo e desenvolvimento territorial. A pesquisa partiu da compreensão de que a conquista da terra é condição fundamental, mas não suficiente, para garantir a reprodução social das famílias assentadas. A permanência no campo exige produção, renda, infraestrutura, acesso a mercados, políticas públicas e formas democráticas de organização.

A revisão teórica permitiu compreender que o capitalismo no campo se desenvolve de forma desigual e contraditória, subordinando diferentes sujeitos e territórios aos circuitos de acumulação. Nesse processo, a agricultura familiar e o campesinato não desaparecem; ao contrário, resistem, recriam formas de trabalho e constroem alternativas de permanência. Os assentamentos rurais de Andradina expressam essa contradição, pois convivem com o avanço do agronegócio e do monocultivo da cana, ao mesmo tempo em que mantêm a produção diversificada de alimentos. A experiência da Canteiro Agrário demonstra que o cooperativismo pode ser uma estratégia importante para transformar a pequena produção dispersa em capacidade coletiva de comercialização. A cooperativa organiza agricultores, estimula o escalonamento produtivo, amplia a diversificação, reduz a dependência de atravessadores, viabiliza acesso a chamadas públicas e fortalece a renda das famílias. Sua atuação no PNAE e no PAA/Conab comprova que os mercados institucionais podem funcionar como instrumentos de desenvolvimento territorial quando conectam produção local, alimentação escolar, segurança alimentar e valorização da agricultura familiar.

Entretanto, a análise também mostrou que a experiência cooperativa não está livre de limites. A desconfiança inicial de parte dos produtores, a memória de associações que não se consolidaram, a dificuldade administrativa, a ausência de assistência técnica contínua, a limitação logística, a necessidade de veículos adequados, a falta de uma central de comercialização plenamente estruturada e os desafios climáticos da região são obstáculos reais. A pandemia de Covid-19 também evidenciou a vulnerabilidade dos agricultores diante da interrupção dos fluxos normais de comercialização, embora a distribuição de cestas da merenda escolar tenha demonstrado capacidade de adaptação institucional.

Esses limites reforçam uma conclusão importante: o cooperativismo não substitui o papel do Estado. Cooperativas da agricultura familiar precisam de políticas públicas permanentes, assistência técnica, crédito, infraestrutura, programas de compras governamentais, apoio logístico e investimentos tecnológicos.

Quando essas condições estão presentes, a organização coletiva ganha força; quando faltam, a permanência no campo fica mais difícil e os produtores voltam a enfrentar isolamento, insegurança de mercado e dependência de intermediários.

Ao mesmo tempo, a experiência da Canteiro Agrário revela que o cooperativismo não deve ser compreendido apenas como ferramenta econômica. Ele também é espaço de formação, participação, aprendizagem administrativa, construção de confiança, fortalecimento comunitário e produção de identidade territorial. Reuniões, assembleias, prestação de contas e decisões coletivas fazem parte de uma pedagogia social que transforma agricultores em sujeitos ativos da gestão de sua própria organização.

A reforma agrária, nesse sentido, precisa ser pensada para além da distribuição de lotes. Sua viabilidade depende da capacidade de construir territórios vivos, produtivos, organizados e socialmente integrados. Quando a terra se articula ao trabalho familiar, à cooperação, à agroecologia, aos mercados institucionais e às políticas públicas, ela deixa de ser apenas propriedade ou posse e se transforma em base de reprodução social, segurança alimentar e desenvolvimento territorial.

Este trabalho também reafirma a importância da juventude rural. A permanência de jovens como Pablo Ferraiolo Cafeo no campo mostra que a agricultura familiar pode ser continuidade, inovação e futuro. A valorização da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis, da cooperação e da sucessão familiar indica caminhos para que os assentamentos rurais continuem sendo espaços de vida, resistência e esperança.

Conclui-se, portanto, que a Cooperativa Canteiro Agrário constitui uma experiência relevante para refletir sobre os caminhos da agricultura familiar nos assentamentos rurais. Seus resultados mostram possibilidades; seus limites revelam os desafios que ainda precisam ser enfrentados. A leitura conjunta desses dois lados permite compreender que a reforma agrária brasileira não é um processo acabado, mas uma construção permanente, que depende de organização social, participação coletiva, presença do Estado e reconhecimento da importância dos agricultores familiares na produção de alimentos e na construção de territórios mais justos.

REFERÊNCIAS

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva. Assentamentos rurais na região de Andradina: o ponto de partida para novas dinâmicas territoriais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

BEZERRA, Viviane dos Santos. **Do sonho à realidade: a trajetória da COAPAR na microrregião de Andradina - SP**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2021.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114628.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer em 45% o percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar no PNAE. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/115226.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

COLACINO, Ana Claudia; SANTOS, Thiago Araújo. O avanço do capital no campo e as marcas da campesinidade no Assentamento Arizona, Andradina - SP. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 149-168, 2023.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Plano de Execução - TPAF-Doação: código SP/2023/02/0341. Brasília, DF: Conab/SIGPAA, 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Plano de Execução - TPAF-Doação: identificação de fornecedores. Brasília, DF: Conab/SIGPAA, 2025.

COOPERATIVA DE PRODUTORES E NEGÓCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CANTEIRO AGRÁRIO. Ata da Assembleia Geral de Constituição. Andradina, SP: Cooperativa Canteiro Agrário, 2019a.

COOPERATIVA DE PRODUTORES E NEGÓCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CANTEIRO AGRÁRIO. Estatuto Social. Andradina, SP: Cooperativa Canteiro Agrário, 2019b.

COOPERATIVA DE PRODUTORES E NEGÓCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CANTEIRO AGRÁRIO. Onde estamos... Quem somos... O que temos... O que queremos. Andradina, SP: Cooperativa Canteiro Agrário, 2025a.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velha - GO.** 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR.

Cadastro Nacional da Agricultura Familiar: extrato para empreendimento familiar rural e formas associativas da agricultura familiar. Brasília, DF: MDA, 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA. Edital: Processo Licitatório nº 48/2024, Dispensa nº 03/2024. Chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento ao PNAE. Andradina, SP: Prefeitura Municipal de Andradina, 2024a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA. Termo de Homologação e Adjudicação: Processo Licitatório nº 48/2024, Dispensa nº 03/2024. Andradina, SP: Prefeitura Municipal de Andradina, 2024b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA. Edital: Processo Licitatório nº 93/2025, Dispensa nº 07/2025. Chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento ao PNAE. Andradina, SP: Prefeitura Municipal de Andradina, 2025a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA. Termo de Homologação e Adjudicação: Processo Licitatório nº 93/2025, Dispensa nº 07/2025. Andradina, SP: Prefeitura Municipal de Andradina, 2025b.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Comprovante de inscrição e de situação cadastral: Cooperativa de Produtores e Negócios da Agricultura Familiar Canteiro Agrário. Brasília, DF: RFB, 2026.